



## MULHERES E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS MARGENS DO SUL GLOBAL: REFLEXÕES SOBRE CORPO E TERRITÓRIO

WOMEN AND PEOPLE WITH DISABILITIES AT THE MARGINS OF THE GLOBAL  
SOUTH: REFLECTIONS ON BODY AND TERRITORY

Werley Pereira de Oliveira\*

Maria da Luz Alves Ferreira\*\*

**Resumo:** Com a discussão sobre gênero, deficiência e desenvolvimento social em uma perspectiva decolonial, parte da ferida colonial para sair da distopia desenvolvimentista rumo à reconstrução utópica do ponto de vista dos territórios e corpos colonizados em resistência. Problematisa em que medida a atitude teórica e política pós-desenvolvimentista potencializa a ideia-força de corpo e território como instrumento de denúncia e enfrentamento. O objetivo principal incide em sustentar que as epistemologias do Sul global mostram-se salutar para denunciar a colonização enfrentada por mulheres e pessoas com deficiência física afastadas do centro de mercado capitalista. Trata-se de um estudo analítico com abordagem teórica e de procedimento dissertativo, o que permitiu concluir que a ideia-força de corpo e território como instrumento de denúncia e resistência ocorrerá com o rompimento das epistemologias do Norte global que têm o eurocentrismo como núcleo do conhecimento para colonização do saber e do ser.

**Palavras-chave:** Gênero. Deficiência. Desenvolvimento Social.

**Abstract:** With the discussion on gender, disability and social development in a decolonial perspective, it starts from the colonial wound to leave the developmentalist dystopia towards the utopian reconstruction from the point of view of the territories and colonized bodies in resistance. It questions the extent to which the post-developmental theoretical and political attitude enhances the power-idea of body and territory as an instrument of denunciation and confrontation.

\* Advogado previdenciário. Doutorando em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social de Universidade Estadual de Montes Claros-MG/PPGDS-Unimontes. E-mail: werley.educador@gmail.com

\*\* Professora do curso de Ciências Sociais e do PPGDS da Unimontes. Doutora em Ciências Humanas (Sociologia e Política) pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. E-mail: maria.ferreira@unimontes.br



The main objective focuses on sustaining that the epistemologies of the global South are salutary to denounce the colonization faced by women and people with physical disabilities distanced from the center of the capitalist market. This is an analytical study with a theoretical approach and a dissertation procedure, which led to the conclusion that the force-idea of body and territory as an instrument of denunciation and resistance will occur with the rupture from the epistemologies of the global North that have Eurocentrism as the core of their knowledge for the colonization of knowing and being.

**Keywords:** Gender. Deficiency. Social development.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No contexto do imperialismo norte-americano, sob influência do conceito europeizado de modernização, desenvolvimento como crescimento econômico é unívoco. Ele mediou a propagação do sistema capitalista em escala global, arquitetando o desaparecimento de democracias populares e provocando uma série de genocídios nos países afastados do centro de mercado, como no caso de indígenas e afrodescendentes na América Latina. Com este viés, políticas desenvolvimentistas convém àqueles que objetivam conservar relações sociais hierarquizadas pelo poder político patriarcal capitalista e capacitista. Nesta colonização, que é baseada em um sistema liberal/neoliberal de governo, prevalece a exploração e a dominação de países centralizados no capitalismo sobre territórios e corpos situados nas margens do Sul global.

Este artigo, que tem por objeto a discussão sobre gênero, deficiência e desenvolvimento social em uma perspectiva decolonial, parte da ferida colonial para sair da distopia desenvolvimentista rumo à reconstrução utópica do ponto de vista dos territórios e corpos colonizados em resistência, o que, por sua vez, implica ruptura com o conceito de desenvolvimento produzido no Norte global. Para isso, compreende-se que tanto deficiência quanto gênero são construções sociopolíticas para atender à manutenção de um Estado nacional por meio de suas instituições (familiares, religiosas e políticas), cujas práxis coloniais produzem relações de poder patriarcais capitalistas e capacitistas.

Em que medida a atitude teórica e política pós-desenvolvimentista potencializa a ideia-força de corpo e território como instrumento de denúncia e resistência? Com esta questão norteadora, os objetivos do presente artigo são: a) analisar as consequências do desenvolvimento como crescimento econômico e suas distopias para traçar a reconstrução utópica futura do pós-desenvolvimento, enfocando a ideia de gênero e de deficiência física como algo que se constrói na materialidade dos corpos em seus territórios; b) sustentar que as epistemologias do Sul global mostram-se salutar para denunciar a colonização com dominação de territórios e corpos afastados do centro de mercado capitalista, bem como contestar a garantia



de privilégios a poucos, o que demanda decolonização do saber e do ser. Este é um estudo analítico com abordagem teórica e de procedimento dissertativo que utilizou-se da revisão de literatura como técnica de pesquisa.

Computando-se com estas considerações iniciais, e de modo a alcançar os objetivos propostos, o estudo foi organizado em quatro seções. Na segunda seção, a partir de reflexões sobre a desnaturalização da ideia-força do corpo e território das mulheres e das pessoas com deficiência física (homens e mulheres), reforçará a ideia de gênero e de deficiência como algo construído pelas metodologias da corponormatividade e da heteronormatividade. Na terceira seção, como forma de denúncia e resistência, trará reflexões sobre as fronteiras do neoextrativismo na América Latina para demonstrar a radicalidade necessária ao desenvolvimento no campo de orientação feminista e de contingências das capacidades.

Por fim, no caso das mulheres e das pessoas com deficiência (homens e mulheres), chega-se às considerações finais asseverando que inexistem produções de saberes e seres que não perpassa pela experiência dos corpos e territórios. A confluência entre gênero e deficiência corrobora às discussões acerca do desenvolvimento social quando mulheres e pessoas com deficiência física (homens e mulheres) são reconhecidas como corpos falantes, enfocando o desenvolvimento comunitário de coletivos sociais e seus formatos livres de viver fora da opressão do patriarcado capitalista e capacitista.

## **DESNATURALIZAÇÃO DA IDEIA-FORÇA DO CORPO E TERRITÓRIO DA MULHER E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA (HOMENS E MULHERES)**

Os estudos de gênero, sexo e sexualidade compõem importante arcabouço teórico para incluir a questão da deficiência à decolonialidade da ideia-força do corpo e território, quando o controle e a estigmatização de seus corpos são naturalizados como formas de opressão e de dominação vivenciadas pelas mulheres, transexuais, transgêneros e pessoas com deficiência física (homens e mulheres). Pelo recorte de análise nas categorias propostas neste artigo e pela tríade capitalismo, colonização e patriarcado, ressalta-se que o corpo da mulher com deficiência é duplamente subjugado pelos capitalistas capacitistas.

Butler<sup>1</sup>, com o conceito de performatividade nas análises sobre gênero, torna lúcidas interpretações para desnaturalizar a dualidade feminino e masculino estabelecido pela heterossexualidade compulsória do pensamento no patriarcado ocidental, em que uma das categorias será arquetizada como hierarquicamente superior, sendo a outra idealizada como inferior, por ser pensada como uma falta ou por uma negação. Nessa mesma linha de raciocínio,

---

<sup>1</sup> BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.



Preciado<sup>2</sup> se sustenta para superar os paradigmas teóricos de gênero pautados na construção social em oposição à natureza. Ela e ele arrazoam a formação do corpo falante não a partir de uma identidade metafísica, natural, estável e determinada. Desta forma, ambos criticam o feminismo construtivista, pois entendem que gênero não é construído, bem como não é explicado na natureza nem no arcabouço biológico da heterossexualidade. Ressalta-se, porém, que Preciado não entende gênero somente como assimilação de saberes sobrepostos às pessoas pelas múltiplas realidades que lhe são apresentadas nas práticas da performatividade, conforme entendimento de Butler<sup>3</sup>. Ele avança com a pedagogia contrassexual em uma compreensão radical da materialidade de corpos que podem ser transformados pelos processos que a tecnologia na era farmacopornográfica possibilita às mudanças do sexo, da sexualidade e do gênero, como se observa presentes nos corpos transexuais e transgêneros, por exemplo.

Preciado<sup>4</sup>, com a transformação do próprio corpo à base de testosterona, comprovou que gênero é algo construído e orgânico ao mesmo tempo. Ele complementa, portanto, a ideia de performatividade de Butler<sup>5</sup>, inaugurando, com isso, a ideia de gênero como algo que se dá na materialidade dos corpos.

O gênero é antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico. Foge das falsas dicotomias metafísicas entre o corpo e a alma, a forma e a matéria. O gênero se parece com o dildo. Ambos, afinal, vão além da imitação. Sua plasticidade carnal desestabiliza a distinção entre o imitado e o imitador, entre a verdade e a representação da verdade, entre a referência e o referente, entre a natureza e o artifício, entre os órgãos sexuais e as práticas do sexo. O gênero poderia resultar em uma tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais.<sup>6</sup>

Preciado identifica os espaços silenciados e as falhas da estrutura social-discursiva, de modo a reforçar o poder de desvios e derivações quanto à tecnologia social heteronormativa. Logo, a tarefa da contrassexualidade consiste em afeiçoar-se à estrutura do texto “(corpos intersexuais, hermafroditas, loucas, caminhoneiras, bichas, saps, bibas, fanchas, *butchs*, históricas, saídas ou frígidas, *hermafrodykes*...)”<sup>7</sup> com a finalidade de desnaturalizar as noções tradicionais de sexo e de gênero.

<sup>2</sup> PRECIADO, Paul B. (Beatriz). **Manifesto contrassexual: políticas subversivas de identidade sexual.** Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2017.

<sup>3</sup> BUTLER, 2018.

<sup>4</sup> PRECIADO, 2017.

<sup>5</sup> BUTLER, 2018.

<sup>6</sup> PRECIADO, 2017, p. 29.

<sup>7</sup> PRECIADO, 2017, p. 27.

Com o mesmo procedimento de tradução<sup>8</sup> de Santos<sup>9</sup>, atualizado por Ghai<sup>10</sup> e Pereira<sup>11</sup> para potencializar os debates que incluem as pessoas com deficiência no âmbito do pós-colonialismo, apreende-se que o Artigo 12 dos princípios do Manifesto Contrassexual de Preciado<sup>12</sup> permite criar inteligibilidade recíproca para incluir a questão das pessoas com deficiência física (homens e mulheres) no âmago da contrassexualidade como estratégia de resistência à política da hetero[normalidade]<sup>13</sup> idealizada pelo patriarcado capitalista e capacitista, frente ao controle e à estigmatização dos corpos falantes.

ARTIGO 12 – A sociedade contrassexual promove a modificação das instituições educativas tradicionais e o desenvolvimento de uma pedagogia contrassexual *high-tech* com o fim de maximizar as superfícies eróticas, de diversificar e de melhorar as práticas sexuais. A sociedade contrassexual favorece o desenvolvimento do saber-prazer e das tecnologias dirigidas a uma transformação radical dos corpos e a uma interrupção da história da humanidade como naturalização da opressão (naturalização da classe, da raça, do sexo, do gênero, da espécie etc.).<sup>14</sup>

O Artigo 12 sinaliza os pilares da contrassexualidade e o caráter radical de resistência à heteronormatividade, cuja norma se monetiza nos corpos para torná-los homens ou mulheres, femininos ou masculinos, heterossexuais ou homossexuais, tendo a diferença sexual como uma forma de sujeição de alguns corpos a outros; pois, com esta mentalidade, a questão de gênero é construída e explicada na natureza pela biologia da heterossexualidade. A pedagogia contrassexual do Manifesto de Preciado<sup>15</sup> objetiva pulsar as tecnologias das posições de enunciação da escritura do texto anatômico, bem como abalar suas instituições para o desenvolvimento do saber-prazer e das tecnologias dirigidas a uma transformação radical dos corpos, tendo como finalidade principal proporcionar a ruptura com a história da exploração e da

<sup>8</sup> Tradução trata-se de procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências.

<sup>9</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 63, p. 237-280, out. 2002. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>.

<sup>10</sup> GHAI, Anita. Disability in the indian context: post-colonial perspectives. In: CORKER, Mairian; SHAKESPEARE, Tom (ed.). **Disability/postmodernity: embodying disability theory**. London: Continuum, 2002. p. 88-100.

<sup>11</sup> PEREIRA, Ana B. O Corpo (-) Sentido: Reflexões sobre “Deficiência” e Doença Crónica. **Cabo dos Trabalhos**, Coimbra, n. 2, 2007. Disponível em: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/ensaios.php>. Acesso em: 30 abr. 2011.

<sup>12</sup> PRECIADO, 2017.

<sup>13</sup> A expressão hetero[normalidade] é assim grafada para se referir à duplicidade tirânica do poder disciplinar da [matriz heteronormativa e corponormatividade] para romper com a naturalização binária dos sexos masculino/feminino e do capacitismo nas categorias de normal/anormal.

<sup>14</sup> PRECIADO, 2017, p. 42.

<sup>15</sup> PRECIADO, 2017.

dominação de classe, raça, sexo, gênero e outras relações opressoras e excludentes impostas pela mentalidade ocidental que a naturaliza e legitima.

A materialidade dos corpos das pessoas com deficiência física (homens e mulheres) debelou a inclusão destas pessoas no mercado de trabalho em situações desfavoráveis de emprego, bem como a dominação cultural pelo padrão da “normalidade” do capacitismo. Portanto, a teoria da contrassexualidade que estuda os instrumentos e os dispositivos sexuais, das relações de gênero e sexo que se estabelecem entre corpo e máquina/técnica, objetivando uma compreensão radical dos corpos, alarga para estas pessoas a reflexão sobre o processo de todo um complexo de estruturas reguladoras que controlam a relação entre os corpos e os usos atribuídos a eles, de modo a denunciar a experiência cotidiana de desigualdade, de subordinação, de exclusão e de lutas sociais vivenciadas pelas pessoas com deficiência (homens e mulheres).

A finalidade principal da pedagogia contrassexual incide na ruptura com a história da humanidade com sua naturalização de opressão e de dominação de classe, raça, sexo, gênero e outros marcadores sociais de desigualdade. Ela possibilita maior emancipação das pessoas com deficiência física (homens e mulheres), quando o conceito de corpo com deficiência deve ser reconhecido e mencionado em análises relacionadas com desigualdade, exclusão, dominação e opressão na sociedade, bem como relacionadas com as teorias que preconizam uma sociedade com mais justiça. Se é tarefa da contrassexualidade desnaturalizar o binarismo entre os sexos feminino e masculino que estabelece a heterossexualidade compulsória, o Artigo 12 do Manifesto Contrassexual de Preciado<sup>16</sup> permite inteligibilidade para romper com o binarismo normal e anormal imposto pelos capacitistas colonizadores que determinam a corponormatividade compulsória. Portanto, a adjacência entre heteronormatividade e corponormatividade, ambas compulsórias no discurso-social, narra que ser um corpo normal é representado por uma pessoa sem deficiência e ser um corpo heterossexual é marcado em oposição a uma pessoa homossexual. Desta forma, a naturalização do sistema da hetero[normalidade] produz o assujeitamento de alguns corpos a outros.

Para desconstruir essa mentalidade que naturaliza a heteronormatividade e, desta forma, incluir o enfrentamento à corponormatividade pelas pessoas com deficiência física (homens e mulheres), vale ressaltar a proposta desconstruída de Preciado na sua teorização sobre o dildo. Para ele, a lógica da heterossexualidade é o dildo<sup>17</sup>.

A invenção do dildo supõe o final do pênis como origem da diferença sexual. Se o pênis é para a sexualidade o que Deus é para a natureza, o dildo torna efetiva,

<sup>16</sup> PRECIADO, 2017.

<sup>17</sup> Símbolo de potência e excitação sexual que simboliza o órgão anatômico deslocando-se para outros espaços de significação que não ser ressexualizados por proximidade semântica.

no domínio da relação sexual, a morte de Deus anunciada por Nietzsche. Nesse sentido, o dildo pode ser considerado como um ato reflexivo fundamental na história da tecnologia contrassexual.<sup>18</sup>

O dildo como tecnologia do sexo, portanto, desmascara a sexualidade como ideologia da heteronormatividade, pois ele precede o pênis; logo, não é um artifício que supre uma ausência, mas sim “uma operação de deslocamento do suposto centro orgânico de produção sexual para um lugar externo ao corpo”<sup>19</sup>.

O dildo se revela, assim, como mais um instrumento entre outras máquinas orgânicas e inorgânicas (as mãos, os chicotes, os pênis, os cintos de castidade, os preservativos, as línguas etc.) e não simplesmente como a réplica de um único membro [...]. Assim, o dildo se torna, pouco a pouco, um vírus que corrompe a verdade do sexo. Não é fiel à natureza dos órgãos. É o servo que se rebela contra o dono e, propondo-se como via alternativa de prazer, torna irrisória a autoridade deste. Não existe utilização natural do dildo. Não há orifício que lhe esteja naturalmente reservado. A vagina não lhe é mais apropriada que o ânus.<sup>20</sup>

Deste arazoamento, em que a tecnologia do dildo se revela como extensão dos corpos, pode-se melhor compreender a ideia de deficiência como algo prostético, pois muitas das pessoas com deficiência física (homens e mulheres) recorrem às órteses e também às próteses que suplementam seus corpos e as suas atividades no mundo da vida e na vida do sistema. Destarte, como se viu, o Artigo 12 do Manifesto Contrassexual de Preciado<sup>21</sup> permite inteligibilidade no sentido de proporcionar o fim da natureza e causar estranhamento, com uma análise crítica, da diferença de capacidades entre normal e anormal do discurso-social da corponormatividade e, do mesmo modo, compreender a deficiência na perspectiva das pessoas com deficiência como sujeitos sociais, corporificados e sem o binarismo da mentalidade do patriarcado capitalista e capacitista.

A teoria da contrassexualidade com a dildologia de Preciado<sup>22</sup> associada ao esforço inteligível para incluir a questão da deficiência admite temáticas que refletem a heterogeneidade da classe trabalhadora, intervindo no campo de exploração e dominação das subjetividades de mulheres, homossexuais, transexuais, transgêneros, travestis e pessoas com deficiência física (homens e mulheres). Com isso, pode-se, inclusive, pensar formas para inferir nesta teoria a discussão de raça como resistência contra o poder disciplinar da matriz heteronormativa e da corponormatividade frente aos preconceitos sociais e à imposição social das formas hegemônicas de existência e subjetivação, quando os racistas, se sentindo superiores, consideram abjetos os corpos de cor preta.

<sup>18</sup> PRECIADO, 2017, p. 80.

<sup>19</sup> PRECIADO, 2017, p. 81.

<sup>20</sup> PRECIADO, 2017, p. 79-83.

<sup>21</sup> PRECIADO, 2017.

<sup>22</sup> PRECIADO, 2017.

Defende-se que é imprescindível analisar as situações de vida das mulheres e das pessoas com deficiência física (homens e mulheres) de modo multidisciplinar, examinando os aspectos físicos, sociais, políticos, econômicos, culturais e outros que refletem a opressão e a dominação da corponormatividade. Para além dos debates de desigualdade e exclusão, que a reflexão para integralidade destas pessoas perpassa pela desnaturalização da ideia-força do corpo, reforçando a ideia de gênero e de deficiência como algo que se dá na materialidade dos corpos pelas metodologias da corponormatividade e da heteronormatividade.

Até este ponto, viu-se que a confluência entre gênero e deficiência corrobora às discussões acerca do desenvolvimento social quando mulheres e pessoas com deficiência física (homens e mulheres) são reconhecidas como corpos falantes frente às distopias do desenvolvimento como meta universal, conforme narrativas da hetero[normalidade] do Norte global. Neste sentido, as epistemologias do Sul global emergem como contraponto da colonização de corpos e territórios periféricos. Esta mentalidade denuncia a garantia de privilégios a poucos, o que demanda decolonização do saber e do ser, enfocando o desenvolvimento comunitário de coletivos sociais e seus formatos livres de viver fora da opressão do patriarcado capitalista e capacitista.

Vale ressaltar que as epistemologias do Sul global não se limitam ao espaço geográfico de seus teóricos, haja vista que Preciado<sup>23</sup> e Butler<sup>24</sup> não localizam-se no hemisfério sul do mapa do mundo, mas permitem interromper com a história da humanidade e sua naturalização de opressão e de dominação de classe, raça, sexo, gênero, capacidades e outros marcadores de desigualdades sociais, criando inteligibilidade para romper com a adjacência entre heteronormatividade e corponormatividade, ambas compulsórias no discurso-social.

## **GÊNERO, DEFICIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Pelo exposto acima, ações e narrativas construídas pelo discurso-social da hetero[normalidade] associadas ao conceito de desenvolvimento como contraponto ao “subdesenvolvimento” beneficiaram as classes privilegiadas ao possibilitar a elas a continuidade do processo de acumulação e manutenção de seu enriquecimento a partir da dominação e da colonização de territórios e corpos, ora classificados como pobres e incivilizados.

As deficiências das políticas e processos vigentes haviam se tornado mais evidentes [...] os atributos da chamada ‘integração’ aumentaram; e tornou-se óbvio que o crescimento econômico rápido vinha acompanhado de desigualdades também crescentes. A tendência [...] era que os economistas já começassem a considerar os aspectos sociais como ‘obstáculos sociais’. A

<sup>23</sup> PRECIADO, 2017.

<sup>24</sup> BUTLER, 2018.



evidência padronizada começou a permear as instituições oficiais: o fato de que o desenvolvimento deixa em seu caminho, ou de alguma forma até cria, grandes áreas de pobreza, estagnação, marginalidade e uma verdadeira exclusão do progresso social e econômico.<sup>25</sup>

Embora alguns teóricos tenham criado sobrenomes para o desenvolvimento nas décadas finais do século XX, apresentando críticas e construções alternativas com abordagens a outro desenvolvimento (participativo, ecodesenvolvimento, sustentável, humano, local, integrado, social, entre outros), é imprescindível investidas teóricas e ações políticas com perspectiva radical, cujas categorias analíticas denunciem e questionem o poder político do patriarcado capitalista e capacitista.

Cabe manifestar que, dos sobrenomes construídos para o desenvolvimento com o intuito de desvinculá-lo do seu viés unicamente econômico, o conceito de Desenvolvimento Social é o mais estimulante do ponto de vista social, pois, nele as distopias do desenvolvimento como meta universal foram melhor achacadas. Ele surgiu na Conferência das Nações Unidas em Copenhague, em 1995. O objetivo da reunião foi elaborar um inventário contendo problemas sociais do desenvolvimento e estabelecer compromissos entre os países-membros, visando garantir níveis mínimos de bem-estar social por meio da educação, da saúde e da redistribuição de renda, por exemplo.

Rodrigues<sup>26</sup> leciona que a linha do desenvolvimento social apresenta princípios, mesmo minimamente, que possibilitam colocar territórios e corpos, que estão nas margens dos privilégios e das oportunidades, no centro do debate público e algumas intervenções políticas.

O desenvolvimento social pode ter por princípio o alívio das situações de pobreza e exclusão ou a superação da pobreza. As consequências e implicações são distintas, dado que o alívio das situações envolve políticas de caráter imediatista, enquanto a superação da pobreza envolve políticas balizadas na construção de um modelo de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico com equidade social e no qual as políticas econômicas assumam também a dimensão de políticas sociais.<sup>27</sup>

A autora sustenta que as explicações para as causas de desigualdades econômicas entre territórios contribuíram ao conhecimento conexo com o desenvolvimento na perspectiva macrossocial; mas, reconhece que estas preocupações se concentram na chave da economia e possuem a tendência de emergir somente em contextos e momentos específicos, quando o crescimento econômico não é suficiente ou se opõe a um desenvolvimento social. Traduzem-se, portanto, em diagnóstico social e ação política baseadas em ideologias universais e não a um

<sup>25</sup> ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (ed.). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83. p. 68.

<sup>26</sup> RODRIGUES, Luciene. Itinerário da construção das abordagens de desenvolvimento. **Revista Argumentos**, Montes Claros, v. 4, n. 1, p. 127-162, 2009.

<sup>27</sup> RODRIGUES, 2009, p. 157.

projeto de coletivos sociais que visa a decolonização do saber e do ser. É perceptível também que o conceito de desenvolvimento social não denuncia o extrativismo ofensivo à natureza e a violação de direitos humanos provocado pela estrutura do capitalismo nas comunidades tradicionais dos povos originários.

Em uma perspectiva radical, mais que conhecer os sobrenomes contrários do desenvolvimento datado em 20 de janeiro de 1949, no discurso de Truman, importa romper com as epistemologias do Norte global que têm o eurocentrismo como núcleo do conhecimento. Destarte, do ponto de vista da ferida colonial, sair da distopia rumo à reconstrução utópica implica dar um giro em direção à pluriversalidade, respeitando a multidisciplinariedade do conhecimento, mas se guinando muito mais às teorias que fortaleçam e incentivam experiências comunitárias de coletivos sociais, o que prescinde ruptura com o conceito europeizado de desenvolvimento e seu afã pela modernização.

Para o ser humano marginalizado, ou para a maioria das pessoas do planeta, lutar para controlar a esfera econômica não é uma reação automática à invasão da economia em suas vidas. Não são Luditas [membros de grupos de artesãos ingleses que se organizaram para destruir máquinas. No sentido figurado, pessoas que procuram obstruir o progresso]. Em vez de destruir, para que se possam liberar das cadeias econômicas que os prendem, imaginam sua resistência como uma reconstituição criativa de formas básicas de interação social. Criam assim, na vizinhança de suas casas, aldeias, bairros, novos espaços coletivos que lhes permitem viver segundo seus próprios termos.<sup>28</sup>

Neste sentido, reflexões sobre as fronteiras do neoextrativismo na América Latina, bem como os sentidos, opções e âmbitos do pós-extrativismo tornam-se indispensáveis para imaginar outros mundos e oportunizar “O Bem Viver” como trajetórias pós-desenvolvimentistas<sup>29</sup>.

Quijano<sup>30</sup> é contundente ao afirmar que a experiência latino-americana, devido a sua dependência histórico-estrutural, foi obstáculo maior ao desenvolvimento como meta universal, pois, se a América do Norte representa o espírito do capitalismo europeu, para a América Latina projetaram relações de escravidão, servidão, extrativismo, pequena produção mercantil, sendo fundado na colonialidade do poder, entre europeus ou brancos e às demais raças (indígenas,

<sup>28</sup> ESTEVA, 2000, p. 76-77.

<sup>29</sup> QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo em América Latina. **Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 6, n. 2, p. 73-90, 2000.; MIGNOLO, Walter D. Novas reflexões sobre a “idéia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 239-252, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200004>.; ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária-Elefante, 2016a.; GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 174-212.; SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

<sup>30</sup> QUIJANO, 2000.

negro, amarelo, pardos e mestiços). Ele acresce que é justamente o nós de heterogeneidade histórico-estrutural que permite o pensamento decolonial, haja vista que ele não narra a história pelas cronologias, mas a partir das margens e as analisa pelas relações de colonialidade do saber e do ser para se chegar ao modelo de coexistência.

A opção descolonial, e por isso é uma opção e paradigma de coexistência, rejeita sempre uma única maneira de ler a realidade, seja esta cristã, liberal ou marxista [...] é um pensamento que assume a objetividade entre parênteses: creio no que creio e defendo o que creio, e entendo que frente a minha postura há outra posição equivalente de alguém que defende suas crenças, mas sabe que a sua não é a 'única maneira de ler a realidade'. Esse é o espaço do diálogo pluriversal [...] o temor do pensamento hegemônico, moderno e pós-moderno, que poderia perder seu privilégio a partir do momento em que os subalternos começam a pensar por si mesmos, sem esperar a orientação do maestro.<sup>31</sup>

Inequivocamente, o conceito de desenvolvimento que se apresenta como meta universal, cujas ações e narrativas totalizantes buscam colonizar com dominação e com genocídio, conflita com o pensamento fronteiriço e a opção decolonial. Neste sentido, Acosta afirma que, na América Latina, alguns países adotam o pós-capitalismo como o horizonte:

O neoliberalismo encontrou rapidamente seus limites na América Latina [...] os questionamentos ao desenvolvimento convencional, sobretudo em sua vertente neoliberal, afloraram com força. As posturas neoliberais naufragaram. Seu estrondoso fracasso econômico agudizou os conflitos sociais e os problemas ambientais, exacerbando as desigualdades e as frustrações [...]. Busca-se o reencontro com os setores populares, a defesa do protagonismo do Estado e ações mais enérgicas para reduzir a pobreza. Alguns países latino-americanos começaram a transitar paulatinamente por uma trilha pós-neoliberal, em que se destaca o retorno do Estado ao manejo econômico.<sup>32</sup>

Sob a categoria analítica e/ou atitude política do neoextrativismo brotada na América Latina, Svampa<sup>33</sup> ratifica que a dimensão histórico-estrutural do extrativismo (modalidade particular de apropriação e acumulação de recursos naturais destinados à exportação), invenção europeia e expansão do capitalismo, está associada à colonização como dominação e genocídio, haja vista que o extrativismo, que está para o crescimento econômico predador, tinha a ilusão de alcançar o desenvolvimento com o auge do consenso das *comodities* (exportação em larga escala de bens primários, no crescimento e na expansão do consumo). Mas, afinal, o que é o neoextrativismo na condição de categoria analítica?

O neoextrativismo constitui um conceito amplo, uma janela privilegiada para ler em suas complexidades e em seus diferentes níveis as múltiplas crises que atingem as sociedades contemporâneas [...] lança luz sobre a crise do projeto de modernidade e, de modo mais geral, sobre a atual crise socioecológica [...]

<sup>31</sup> MIGNOLO, 2008, p. 246.

<sup>32</sup> ACOSTA, 2016a, p. 63-64.

<sup>33</sup> SVAMPA, 2019.



conecta à crise econômica global, na medida em que o atual modelo de acumulação aparece associado às reformas realizadas pelo capitalismo neoliberal e financeiro a partir dos anos 1990, aprofundadas depois da crise de 2008 [...] permite realizar uma leitura em termos geopolíticos a partir do declínio relativo dos Estados Unidos e da ascensão da China como potência global [...] é uma janela privilegiada para fazer uma leitura em termos de crise da democracia e respeito aos direitos humanos.<sup>34</sup>

Apreende-se que o paradigma para compreender o processo por meio do qual mulheres e pessoas com deficiência física (homens e mulheres) buscam satisfazer da melhor maneira suas necessidades e que vai ao encontro de uma proposta radical e utópica futura exige ruptura com as epistemologias do Norte global. As epistemologias do Sul global mostram-se salutar para se contrapor à colonização com dominação de territórios e corpos periféricos, bem como denunciar a garantia de privilégios a poucos, o que demanda decolonização do saber e do ser, enfocando o desenvolvimento comunitário dos coletivos sociais e seus formatos livres de viver fora da opressão capitalista e capacitista. Para isso, é preciso novo paradigma que conjuga as diferentes dimensões da vida, articulando o político e o ambiental em práticas sociais e culturais, incluindo até mesmo a dimensão econômica.

Reflexões sobre as fronteiras do neoextrativismo como categoria analítica na América Latina demonstram radicalidade necessária ao desenvolvimento, pois denunciam e questionam o poder político do patriarcado capitalista e capacitista. Estas discussões e debates proporcionam o pós-desenvolvimento e se comunicam com as discussões de Preciado<sup>35</sup> e Butler<sup>36</sup>. Quanto pós-desenvolvimento, significa reduzir gradativamente as atividades extrativistas nas comunidades tradicionais dos povos originários por meio de estratégias adequadas (sem agressão ao meio ambiente e violação aos direitos humanos), pois, deixar de explorar os recursos naturais é uma celeuma. No desafio para “O Bem Viver”, inclusive, “a maldição dos recursos naturais” é uma escolha<sup>37</sup>.

Construir essas transições é a grande tarefa do momento, que convoca todas as capacidades de pensamento crítico, inventividade e criatividade das sociedades e organizações sociais. Os esforços para abrir caminho ao pós-extrativismo no Sul global deveriam ser acompanhados pelo decrescimento econômico,<sup>40</sup> ou, pelo menos, pelo crescimento estacionário no Norte global, assunto que já é discutido em muitos países industrializados. Portanto, o caminho de saída de uma economia extrativista, que terá de arrastar por um tempo algumas atividades desse tipo, deve considerar um ponto-chave: o decrescimento planejado do extrativismo. Tal opção potencializaria atividades sustentáveis, que

<sup>34</sup> SVAMPA, 2019, p. 28-31.

<sup>35</sup> PRECIADO, 2017.

<sup>36</sup> BUTLER, 2018.

<sup>37</sup> ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016b. p. 46-85.; GUDYNAS, 2016.



poderiam acontecer no âmbito das manufaturas, da agricultura, do turismo e sobretudo do conhecimento. Definitivamente, não se deve deteriorar ainda mais a Natureza. Nesse sentido, o êxito de uma estratégia de transição social, econômica, cultural e ecológica dependerá de sua coerência e, sobretudo, do grau de respaldo social que consiga conquistar.<sup>38</sup>

As trajetórias pós-desenvolvimentistas, como é “O Bem Viver”, especificamente no pós-extrativismo, abandonam radicalmente a categoria de desenvolvimento e todos os seus sobrenomes. Ainda que conceitualmente, transições do pós-desenvolvimento oportunizam o reencontro com a natureza, obrigando preservar sem destruir os territórios que possuem grande valor ambiental e social. Desta forma, as categorias analíticas afastam-se bastante do domínio da economia para abundar-se na sociologia, na ecologia e na geografia.

As transições pós-extrativistas devem atender duas condições indispensáveis: erradicar a pobreza e impedir novas perdas de biodiversidade. Essas condições representam exigências próprias de um processo de mudança orientado ao Bem Viver e aos Direitos da Natureza – o que as situa em um mesmo nível de importância [...]. Essa nova visão torna necessárias mudanças importantes. A ilusão de repetir o padrão de crescimento econômico dos países industrializados – baseado em um altíssimo consumo de matéria-prima e energia e grande destruição ambiental – deve ser abandonada. O desenvolvimento imitativo não tem futuro. Deixa de ter sentido, então, a clássica ideia de uma relação direta e mecânica entre crescimento econômico e bem-estar social: o PIB perde seu *status* de indicador privilegiado.<sup>39</sup>

As experiências de coletivos sociais de mulheres e pessoas com deficiência física (homens e mulheres), quando territórios e corpos tornam-se sujeitos centrais nas reflexões anticapitalistas, revelam-se na radicalidade ao desenvolvimento para se chegar no pós-desenvolvimento. Esteva<sup>40</sup>, de modo geral, homenageia as comunidades, cujas regenerações se darão por homens e mulheres comuns que rompem com o princípio de homens e mulheres econômicos e recuperam formas independentes de viver, bem como convoca forças políticas, testemunhos, debates públicos e pesquisas públicas para que construam um contexto social menos perverso às atividades e inovações comunitárias dos coletivos sociais.

Acosta<sup>41</sup>, por outro lado, é mais incisivo, pois defende que uma reconstrução utópica do futuro se dará a partir da visão de mundo andina e amazônica. O teórico faz um recorte geoespacial no contexto de críticas e reconstruções alternativas, tendo os povos indígenas e seus territórios como projeto coletivo futuro aos questionamentos práticos e conceituais do desenvolvimento.

<sup>38</sup> ACOSTA, 2016b, p. 81.

<sup>39</sup> GUDYNAS, 2016, p. 189-190.

<sup>40</sup> ESTEVA, 2000.

<sup>41</sup> ACOSTA, 2016a.



As propostas originárias emergiram em um momento de crise generalizada do Estado-nação, oligárquico e de raiz colonial, graças à crescente capacidade organizativa e programática dos movimentos indígenas e populares. Sua irrupção como vigorosos sujeitos políticos explica a emergência das ideias paradigmáticas do Bem Viver [...] A utopia andina e amazônica se manifesta no discurso indígena, em seus projetos políticos e em suas práticas sociais e culturais, inclusive econômicas.<sup>42</sup>

Ratifica-se, portanto, que “O Bem Viver” atribui peso significativo às comunidades indígenas andinas e amazônicas que lutam por uma transformação civilizatória, denunciando e questionando o poder político do patriarcado capitalista colonizador com suas práticas e na condição periféricas e marginalizadas pela modernização. Todavia, em uma perspectiva complementar, defende-se que todos os coletivos sociais de mulheres e pessoas com deficiência física (homens e mulheres) com reflexões anticapitalistas contribuem para a construção de cenário social menos perverso às atividades e inovações comunitárias destes coletivos sociais.

Encaminhando-se às considerações conclusivas deste estudo, é preciso ampliar as reivindicações de mulheres, homossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, travestis, pessoas com deficiência física (homens e mulheres) à representação política parlamentar para que promovam a redução dos efeitos e as consequências do patriarcado capitalista e capacitista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na chave de discussões sobre gênero, deficiência e desenvolvimento social, a atitude teórica e política pós-desenvolvimentista potencializará a ideia-força de corpo e território como instrumento de denúncia e resistência na medida em que houver rompimento com as epistemologias do Norte global que têm o eurocentrismo como núcleo do conhecimento. Para isso, as categorias analíticas devem se afastar bastante do domínio único da economia para abundar-se na sociologia e na ecologia, de modo que as experiências comunitárias de coletivos sociais e suas relações com o meio ambiente (territórios e corpos) tornam-se sujeitos centrais, haja vista que a ideia de gênero e de deficiência física se dá na materialidade dos corpos nos territórios, como se viu na seção 2.

Quanto aos coletivos sociais de mulheres e pessoas com deficiência (homens e mulheres), é preciso ampliar as reivindicações de mulheres, homossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, travestis, pessoas com deficiência física à representação política parlamentar para promover a redução dos efeitos e as consequências do patriarcado capitalista e capacitista. E assim, por meio de políticas públicas, melhor lutar pela desnaturalização de seus

---

<sup>42</sup> ACOSTA, 2016a, p. 65.

corpos frente aos preconceitos sociais e à imposição social das formas hegemônicas de existência e subjetivação.

Neste sentido, as reflexões na América Latina, bem como os sentidos, opções e âmbitos do pós-desenvolvimento tornam-se indispensáveis para imaginar outros mundos e oportunizar “O Bem Viver” como trajetórias menos perversas, cujas investidas teóricas e ações políticas apresentem categorias analíticas que denunciem e questionem o poder político patriarcal capitalista e capacitista dos colonizadores.

Por fim, considerando o campo temático desta revista, importa, em estudos futuros, abordar a questão da religião articulada às categorias de gênero e deficiência para engrossar as reivindicações de mulheres, homossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, travestis, pessoas com deficiência física (homens e mulheres).

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016b. p. 46-85.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária-Elefante, 2016a.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. *In*: SACHS, Wolfgang (ed.). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

GHAJ, Anita. Disability in the indian context: post-colonial perspectives. *In*: CORKER, Mairian; SHAKESPEARE, Tom (ed.). **Disability/postmodernity: embodying disability theory**. London: Continuum, 2002. p. 88-100.

GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 174-212.

MIGNOLO, Walter D. Novas reflexões sobre a “idéia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 239-252, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200004>.

PEREIRA, Ana B. O Corpo (-) Sentido: Reflexões sobre “Deficiência” e Doença Crônica. **Cabo dos Trabalhos**, Coimbra, n. 2, 2007. Disponível em: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/ensaios.php>. Acesso em: 30 abr. 2011.



PRECIADO, Paul B. (Beatriz). **Manifesto contrassexual**: políticas subversivas de identidade sexual. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2017.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo em América Latina. **Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 6, n. 2, p. 73-90, 2000.

RODRIGUES, Luciene. Itinerário da construção das abordagens de desenvolvimento. **Revista Argumentos**, Montes Claros, v. 4, n. 1, p. 127-162, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 63, p. 237-280, out. 2002. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

**Recebido em:** 13 abr. 2023.

**Aceito em:** 09 maio 2023.